

**O Atendimento Educacional Especializado nas produções científicas da Revista Brasileira
de Educação Especial: interpretações e traduções de uma política**

*Specialized Educational Service in the scientific productions of the Revista Brasileira de
Educação Especial: interpretations and translations of a policy*

Francislanny Pereira de Jesus

Tanara Terezinha Fogaça Zatti

Yasmin Ramos Pires

Geovana Mendonça Lunardi Mendes

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Florianópolis, Brasil

Resumo

Este artigo apresenta o panorama do conhecimento produzido sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), tendo como fonte de investigação a produção científica da Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE). Com aporte metodológico na metapesquisa, busca-se desvelar a compreensão a respeito do AEE, apontando os principais autores, os documentos e o contexto dos estudos. Nessa tessitura, articulam-se os achados com a perspectiva de Ball e seus colaboradores, para entender o papel da produção científica e sua relação com a política educacional. Verificou-se que os estudos fazem diagnóstico e interpretação da política, ajudando no processo de sua tradução. Eles apostam na proposição do ensino colaborativo como uma perspectiva que possibilita o processo inclusivo, tensionando o AEE com a função de articulação e de interlocução, mas não como espaço separado do contexto da sala de aula, promovendo, com isso, uma interpretação do conceito de AEE articulado à própria história da produção científica da área da Educação Especial.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; Produção científica; Política educacional.

Abstract

This article presents an overview of the knowledge produced on Specialized Educational Service (SES), having as a source of investigation the scientific production of the *Revista Brasileira de Educação Especial* (RBEE). With the methodological contribution in the meta-research, it is sought to unveil the understanding of the SES, pointing out the main authors, documents and context of the studies. In this context, the findings are articulated with Ball and his collaborators' perspective, in order to understand the role of scientific production and its relationship with education policy. It was verified that the studies make a diagnosis and interpretation of the policy, helping in the process of its translation. They bet on the proposition of collaborative teaching as a perspective that enables the inclusive process, tensioning the SES with an articulation and interlocution function, but not as a space separated from the context of the classroom, thereby promoting an interpretation of the concept of SES articulated with the very history of the scientific production of the Special Education area.

Keywords: Specialized Educational Service; Scientific production; Education policy.

Introdução

É certo que não só os alunos são diferentes, mas também os professores - e ser diferente é uma característica humana e comum, não um atributo (negativo) de alguns. A educação inclusiva dirige-se aos 'diferentes', isto é... a todos os alunos. E é ministrada por 'diferentes', isto é... por todos os professores. (RODRIGUES, 2006, p. 306).

Diversas são as perspectivas e as concepções que representam a Educação Especial nas políticas educacionais, nas práticas pedagógicas e nas produções científicas. A depender dos referenciais utilizados, observamos concepções médico-assistencialistas ou amparadas no modelo social da deficiência ou o que alguns autores intitulam de modelo psicossocial de autogestão (GLAT, 2018).

O fato é que a Educação Especial, como modalidade de ensino, que perpassa todos os níveis e todas as etapas da educação, tem sua história marcada por diversas lutas que evidenciam a busca pelo direito da escolarização de pessoas com deficiência (THOMA; KRAMER, 2017). Do mesmo modo, como campo de produção científica, os embates em torno de diferentes perspectivas também estão presentes e ajudam o campo a avançar, em termos de adensamento teórico, problematizações e contribuições metodológicas.

Como pesquisadoras da área da Educação Especial, temos nos dedicado a investigar a concepção de Educação Inclusiva nos mais diversos documentos, entre eles a produção científica no campo da Educação Especial, para identificar os discursos dos *experts/intelectuais* e as verdades partilhadas nesse campo (BALL, 2020; BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016).

Nesse sentido, partindo de Rodrigues (2006), citado na epígrafe, os diversos atores desde os presentes no chão da escola e em outros contextos, envolvidos na construção das políticas, trazem para a arena de produção do texto político, sua importância nesse processo.

As políticas educacionais se caracterizam como parte de um processo discursivo, que envolve os textos, as estratégias, as negociações e as leis, entre outros. Como reiteradamente já apontado nas pesquisas de Ball (2020) e Ball, Maguire e Braun (2016), as políticas não podem ser vistas como apenas parte de um texto que irá ser implementado e resolverá um problema. Ao contrário, os autores indicam que as políticas são traduzidas;

assim, elas terão uma especificidade a depender dos contextos em que os sujeitos estão inseridos e irão interpretar e traduzir as políticas.

Especificamente no caso do Atendimento Educacional Especializado (AEE) identificamos que esse serviço destinado ao público da Educação Especial, tem sido vastamente investigado pela produção científica que ajuda a evidenciar os avanços e as dificuldades quanto a sua organização e a sua prática no contexto da escola (SIMÃO; TRENTIN; HOSTINS, 2015).

Entendemos que a produção científica e nessa direção os *experts/intelectuais/pesquisadores* são partes importantes da esfera de interpretação e de tradução das políticas educacionais, pois partilham entendimentos, narrativas, que ajudam no “jogo” da interpretação das políticas educacionais e na sua construção (BALL, 2020; BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016). Por essa razão, investigamos o contexto da RBEE e como os *pesquisadores/experts/intelectuais* estão representando o AEE em seus textos se torna potente para analisar o panorama da área e discutir possíveis desdobramentos desse conhecimento em futuras políticas educacionais.

A produção científica na Revista Brasileira de Educação Especial e um exercício de metapesquisa

Conforme explicita Zhao (1991), o prefixo “meta” tem aparecido em diversos estudos na área das Ciências Humanas e Sociais. Originalmente nos estudos sociológicos, o prefixo é utilizado com o sentido de “depois, sobre, após”. Nessa acepção, a metapesquisa envolve estudos sobre “outros estudos”. Em muitos casos, pode ser entendida ou resumida a uma revisão de pesquisa; no entanto, segundo o próprio autor, a metapesquisa deve ser mais sistemática e compreensiva do que a revisão.

Especificamente no campo das políticas educacionais, Mainardes (2018) tem nos ajudado a compreender que a metapesquisa surge para entender como as políticas educacionais estão sendo trabalhadas pelas diferentes pesquisas (teses, dissertações, artigos, entre outros), observando como o campo se estrutura a partir das questões teóricas, epistemológicas e metodológicas. Esse cenário permite que, dentro das produções científicas, os *experts* sejam visualizados a partir de seus estudos.

Do mesmo modo que Zhao (1991), Mainardes (2018) indica que existe diferença entre levantamento bibliográfico, estado da arte e metapesquisa. Para ele, o levantamento

bibliográfico serve para o pesquisador identificar e conhecer os trabalhos do campo de estudos, e o estado da arte para conhecer o campo de estudos com maior abrangência. A questão principal de uma metapesquisa é, por sua vez, entender o campo epistemológico no qual as pesquisas estão ancoradas, com que autores dialogam, como mobilizam os resultados das pesquisas. Esse tipo de pesquisa ainda é incipiente na área, já que essa seria uma “pesquisa da pesquisa” (MAINARDES, 2018). Ainda Zhao (1991) sinaliza que a metapesquisa envolve não só a descrição do que está sendo feito no campo de investigação, mas também o que poderia ser feito.

Nesse sentido, aventuramo-nos a realizar um exercício de metapesquisa sobre a produção apresentada na RBEE. Selecionamos a RBEE por entendê-la como um recorte científico do campo da Educação Especial e um espaço de publicação nacional de referência no Brasil e no âmbito internacional. Ela é uma revista mantida pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE), tendo por objetivo a disseminação de pesquisas e de conhecimentos no campo, com publicações trimestrais.

Para realizar a metapesquisa, Mainardes (2018) sugere um caminho: 1) definição dos propósitos da metapesquisa e da amostra; 2) organização e sistematização da amostra; e 3) leitura sistemática. Assim sendo, no primeiro momento deste estudo, definimos nosso recorte temporal considerando o período de 2008 até 2020, utilizando como marco temporal a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (BRASIL, 2008b).

Com base nesse recorte, iniciamos a seleção inicial dos seguintes descritores: Sala de Recursos (SR), Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) e AEE, a partir dos títulos e das palavras-chave. No primeiro levantamento, foram encontrados 17 estudos. Na sequência, os artigos foram lidos na íntegra, especificamente para verificarmos: a) as concepções de AEE expressas nas publicações; b) a amplitude das pesquisas e dos contextos nos âmbitos local, regional e internacional; c) os autores utilizados na temática; d) os documentos legais citados. No sentido de apresentarmos a seleção das produções científicas, com base nesses critérios mencionados, construímos a Figura 1.

Figura 1 - Produções selecionadas na RBEE

2009

O atendimento em salas de recursos para alunos com Altas Habilidades/Superdotação: o caso do Paraná

Nerli Nonato Ribeiro Mori
Sílvia Helena Altoé Brandão

2011

Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados

Claudio Roberto Baptista

2012

Sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na percepção dos professores

Esther Lopes
Maria Cristina Marquizeze

2013

Atendimento Educacional Especializado para alunos com surdocegueira: um estudo de caso no espaço da escola regular

Nelma de Cássia Silva Sandes Galvão
Theresinha Guimarães Miranda
Sílvia Helena Altoé Brandão

2014

Percepções sobre pessoas com deficiências e o prognóstico para o atendimento educacional especializado

Everton Luiz de Oliveira
Enicéia Gonçalves Mendes

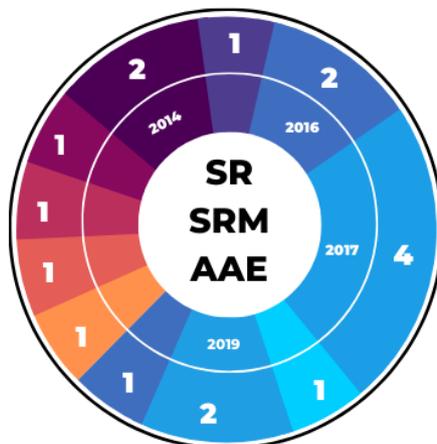
A Educação Especial em Maceió/Alagoas e a implementação da política do Atendimento Educacional Especializado

David dos Santos Calheiros
Neiza de Lourdes Frederico Fumes

2015

Professores do Atendimento Educacional Especializado e a organização do ensino para o aluno com deficiência intelectual

Renata Andrea Fernandes Fantacini
Tárcia Regina da Silveira Dias



2019

Jogos digitais e aprimoramento do controle inibitório: um estudo com crianças do Atendimento Educacional Especializado

Daniela Karine Ramos
Fernanda Albertina Garcia

Política educacional e pedagógica da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Rede de Ensino Público de Manaus

Julia Craziela Bernardino de Araújo Queiroz
Elaine Maria Bessa Rebelo Guerreiro

2020

Formação de professores das Salas de Recursos Multifuncionais e atuação com a diversidade do Público-Alvo da Educação Especial

Anna Augusta Sampaio de Oliveira
Rosângela Gavioli Pietro

2016

Reconfiguração da Educação Especial: análise da constituição de um Centro de Atendimento Educacional Especializado

Claudio Roberto Baptista
Luciane Torezan Viegas

Encaminhamento e perfil do Público-Alvo da Educação Especial de uma Sala de Recursos Multifuncionais: estudo de caso

Cassia Carolina Braz de Oliveira
Eduardo José Manzini

2017

Atendimento Educacional Especializado: reflexões sobre a demanda de alunos matriculados e a oferta de Salas de Recursos Multifuncionais na Rede Municipal de Manaus-AM

João Otacilio Libardoni dos Santos
Maria Almerinda de Souza Matos
Geysse Patrizzia Teixeira Sadim
João Rakson Angelim da Silva
Marta Patricia Faianca

Tecnologia Assistiva: concepções de professores e as problematizações geradas pela imprecisão conceitual

Wanessa Ferreira Borges
Dulcéria Tartuci

Contribuições da arte ao Atendimento Educacional Especializado e à Inclusão Escolar

Libéria Rodrigues Neves

Processo de construção de recurso de Tecnologia Assistiva para aluno com paralisia cerebral em Sala de Recursos Multifuncionais

Tamiris Aparecida Fachinetti
Adriana Garcia Gonçalves
Gerusa Ferreira Lourenço

2018

O olhar social da deficiência intelectual em escolas do campo a partir dos conceitos de identidade e de diferença

Debora Teresa Palma
Relma Urel Carbone Carneiro

Fonte: Elaborada pelas autoras (2022).

Nesse universo de fontes, passamos para a análise das produções científicas aqui apresentadas para entender os conhecimentos sobre AEE expressos nelas. Conforme aponta Ball (2020), seguir o que dizem os pesquisadores/experts/intelectuais e a produção científica pode nos dar bons *insights* sobre o processo de interpretação e de tradução das políticas e as construções dos consensos necessários para o seu desenvolvimento.

Atendimento Educacional Especializado: de qual política educacional estamos falando?

Nesta seção, objetivamos apresentar os resultados dos 17 estudos encontrados no levantamento da RBEE. Abordamos as concepções de AEE, os contextos dos estudos (local, regional e internacional), os autores utilizados e os documentos legais mais citados. Das análises empreendidas, inferimos duas concepções de AEE que se expressam nas produções

científicas: o AEE focado no atendimento nas SRM e o AEE em uma perspectiva do ensino colaborativo.

A partir das produções científicas que preveem o estudo restrito ao AEE, como foi especificado anteriormente, sete estudos foram agrupados nessa concepção. Vale destacarmos que essa perspectiva de tradução do AEE priorizando o serviço é entendida como parte fundamental para a construção do campo da Educação Especial, já que consideramos esse atendimento um dos marcos para o início da perspectiva do processo de inclusão dentro dos espaços escolares que não substitui a escolarização (BRASIL, 2008b; PEREIRA; LUNARDI-MENDES; PACHECO, 2018).

Destacamos, nos trabalhos encontrados, a contribuição de Mori e Brandão (2009) da concepção da SR e o trabalho oferecido, sendo parte de um:

[...] serviço de apoio pedagógico especializado, de caráter diversificado, oferecido pela escola regular, no período contrário àquele em que o aluno está matriculado na série que frequenta. Conta com um professor especialista em educação especial em um espaço físico (sala de aula) apropriado e equipado com os instrumentos e materiais necessários para o desenvolvimento das atividades previstas. (MORI; BRANDÃO, 2009, p. 486).

A pesquisa realizada por Santos *et al.* (2017) apresenta a mesma perspectiva de Mori e Brandão (2009). As outras pesquisas destacam a necessidade de discutir com maior profundidade o AEE em seus contextos, compreendendo o acesso e a permanência dos estudantes na escola, o uso das tecnologias assistivas como parte das estratégias de inclusão escolar (BORGES; TARTUCI, 2017); o entendimento do papel da Educação Especial e do AEE a partir das políticas educacionais (GALVÃO; MIRANDA, 2013; NEVES, 2017); a caracterização do serviço do AEE e qual o público atendido (PALMA; CARNEIRO, 2018); as estratégias diferenciadas no AEE para promoção e participação dos estudantes da Educação Especial no ensino comum (RAMOS; GARCIA, 2019); e as representações dos estudantes do AEE são dialogadas por Oliveira e Mendes (2014).

O conjunto desses estudos revela a preocupação do contexto histórico da Educação Especial e problematiza as questões inerentes ao AEE no que se refere à falta de estrutura de um espaço físico, com recursos e materiais que são necessários para o desenvolvimento das atividades. Além disso, pontuam também a preocupação com formação de professores, com recursos humanos que garantam estratégias adequadas aos estudantes e com um

entendimento das políticas e das práticas pedagógicas que eliminem as barreiras de acesso à aprendizagem para a participação no ensino comum.

Os estudos de Ball (1994, 2020) e de Ball, Maguire e Braun (2016) denotam preocupação de como o espaço escolar se organiza e se estrutura, assim como o fazer pedagógico nos diferentes contextos e as atuações das políticas. Para Ball (1994), no espaço escolar e na prática de sala, os gestores e os professores devem agregar, que dizer, construir, interpretar e traduzir as políticas educacionais individual e coletivamente.

A segunda concepção expressa nas produções científicas é centrada no entendimento de um AEE na perspectiva de ensino colaborativo. De acordo com Christo (2019), o ensino colaborativo pode ser visto como uma troca de saberes nas diferentes áreas do conhecimento da escola, não sendo entendido e restrito a apenas um suporte especializado e a recursos para os estudantes atendidos pela Educação Especial.

Nessa perspectiva, o AEE é compreendido o espaço do diálogo entre o professor do AEE e o professor de sala e os demais profissionais da escola comum, promovendo reflexões e criando estratégias compartilhadas para a eliminação de barreiras de aprendizagem do estudante (CHRISTO, 2019; GLAT, 2018; MENDES; VILARONGA; ZERBATO, 2014; SIMÃO; TRENTIN; HOSTINS, 2015).

Concluímos por meio das análises que dez estudos contemplam a perspectiva do AEE em um viés de ensino colaborativo. Nessas produções científicas, observamos que os autores buscaram problematizar como o AEE acontece e como ele poderia estar entrelaçado e em diálogo com a sala de aula. Os autores consideram o atendimento como um espaço rico de potencialidades para os estudantes; entretanto, exemplificam que ele não pode ser mais um espaço de separação do restante do cotidiano escolar. Partimos da compreensão, apoiadas em Vieira (2012), que o AEE pode ser o lugar de aproximação e de articulação entre os diferentes espaços e sujeitos da escola e não de isolamento dos estudantes atendidos pela Educação Especial. Baptista (2011) traz esse olhar para o AEE na perspectiva do ensino colaborativo ao analisar a Resolução N° 4, de 2 de outubro de 2009, que instituiu as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (BRASIL, 2009), do Conselho Nacional de Educação (CNE), quando aponta que:

O Atendimento Educacional Especializado nas produções científicas da Revista Brasileira de Educação Especial: interpretações e traduções de uma política

[...] embora tenhamos que admitir a grande amplitude das ações e a possibilidade interpretativa de práticas centradas no atendimento direto ao aluno, é necessário que se identifique a potencial valorização do trabalho compartilhado com outros profissionais, principalmente o docente do ensino comum, como indicam os incisos IV, VI e VIII. (BAPTISTA, 2011, p. 65).

No que se refere ainda à ideia do ensino colaborativo, Baptista e Viegas (2016), Calheiros e Fumes (2014), Fantacini e Dias (2015), Galvão e Miranda (2013), Glat (2018), Lopes e Marquezine (2012), Lopes e Marquezine (2012), Oliveira e Manzini (2016), Oliveira e Mendes (2014) e Oliveira e Prieto e (2020) apontam importantes considerações sobre o trabalho articulado do ensino comum e do AEE.

Os achados evidenciados nessas produções científicas trazem aspectos como: 1) articulação entre professor do AEE e professor do ensino comum, com vistas ao desenvolvimento do estudante e proposição de estratégias inclusivas em ambos os espaços; 2) criação de redes para uma melhor comunicação entre os profissionais que atuam com o estudante da Educação Especial; 3) oferecer qualificação e infraestrutura de qualidade para o trabalho com o estudante e para a valorização do trabalho do professor; 4) clareza do papel docente e do que significa um trabalho em colaboração, a fim de eliminar as barreiras de aprendizagem para os estudantes; 5) compreensão do papel da gestão na atuação das políticas educacionais no contexto escolar, para o fortalecimento de estratégias e posturas inclusivas; 6) proposição de mudanças a partir de uma perspectiva inclusiva de trabalho articulado entre os diferentes profissionais da escola.

Adensando a discussão, os estudos problematizam ainda sobre as atribuições do professor do AEE que é caracterizado como o principal profissional que articula as políticas educacionais, visando a inclusão escolar, sendo, por muitas vezes, o único responsável para que esse processo aconteça. Nesse viés, aparenta uma desresponsabilização dos demais profissionais que atuam na escola, que poucas ações fazem para que a aprendizagem ocorra de maneira significativa. A alta expectativa gerada quanto ao serviço assim como a confusão de entendimento do AEE como “reforço escolar”, por exemplo, provocam dificuldades cotidianas de compartilhamento de ideias e de interlocução dos profissionais da escola com o professor do AEE, o que reforça o atendimento separado e o distanciamento da realidade da sala de aula (CHRISTO, 2019; MENDES; VILARONGA; ZERBATO, 2014; SIMÃO; TRENTIN; HOSTINS, 2015).

Nesse sentido, compreendemos que as políticas educacionais voltadas ao AEE e ao processo inclusivo do público da Educação Especial é perpassado por processos de interpretações e de traduções pelos atores políticos que atuam nos diferentes contextos e nas diferentes arenas. Esses processos não são lineares, são diversos, complexos e perpassados por disputas, consensos, aceitações e resistências que ocorrem pela interação e inter-relações por contextos, atores políticos, textos, artefatos de política, entre outros (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016).

No que tange à amplitude de realização das pesquisas sobre o AEE, observamos que a prevalência das investigações ocorreu em contextos locais, mais especificamente em redes municipais: uma em um município do norte do Paraná (LOPES; MARQUEZINE, 2012); uma em Maceió (CALHEIROS; FUMES, 2014); quatro pesquisas em municípios do interior do estado de São Paulo (FANTACINI; DIAS, 2015; OLIVEIRA; MANZINI, 2016; OLIVEIRA; MENDES, 2014; PALMA; CARNEIRO, 2018); um estudo na região metropolitana de Porto Alegre (BAPTISTA; VIEGAS, 2016); dois artigos em Manaus (QUEIROZ; GUERREIRO, 2019; SANTOS *et al.*, 2017); um na rede municipal de São Paulo (OLIVEIRA; PRIETO, 2020).

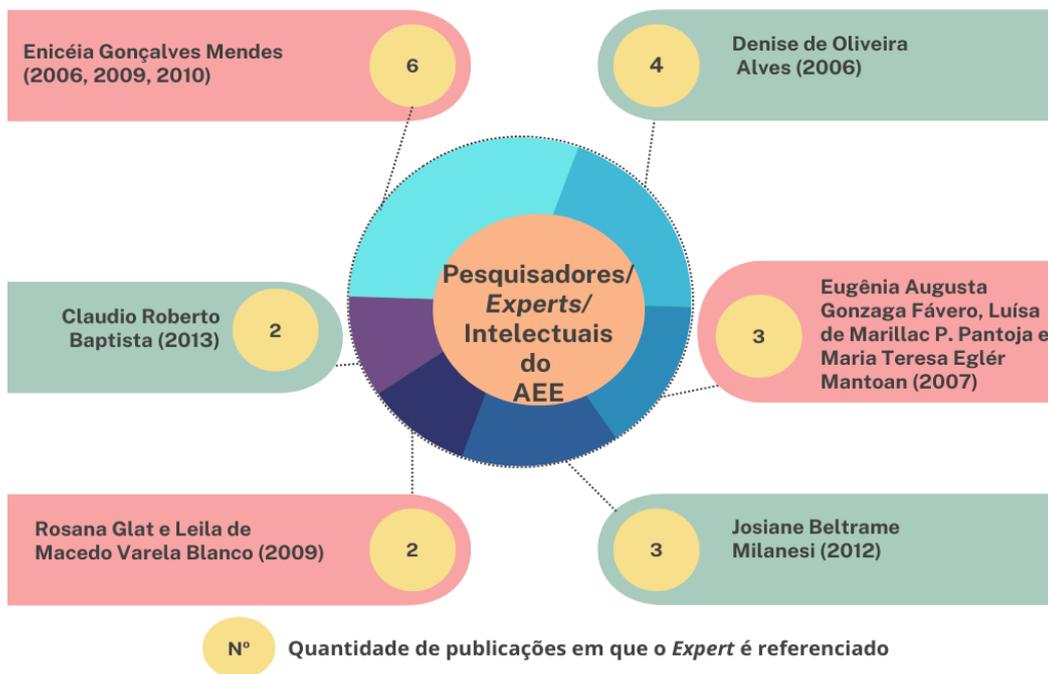
Com foco no âmbito estadual, encontramos pesquisas nos estados do Paraná (MORI; BRANDÃO, 2009) e na Bahia (GALVÃO; MIRANDA, 2013). As pesquisas de caráter teórico não evidenciam a abrangência, porém estabelecem relações com o contexto nacional (BAPTISTA, 2011; BORGES; TARTUCI, 2017; NEVES, 2017).

Esse fato ocorreu também em dois estudos de natureza empírica: o primeiro investigou sobre Tecnologia Assistiva e AEE (FACHINETTI; GONÇALVES; LOURENÇO, 2017), e o segundo investigou o AEE em uma escola federal (RAMOS; GARCIA, 2019).

Com relação aos autores que são evidenciados nas publicações para subsidiar as discussões conceituais e teóricas do AEE, constatamos que os mais referenciados são os apresentados na Figura 2 a seguir.

O Atendimento Educacional Especializado nas produções científicas da Revista Brasileira de Educação Especial: interpretações e traduções de uma política

Figura 2 - Principais pesquisadores/experts/intelectuais mais citados ao referenciar o AEE



Fonte: Elaborada pelas autoras (2022).

Cabe destacarmos que os *experts* mais citados apresentam alguns estudos anteriores ao PNEEPEI, de 2008. Nesse sentido, consideramos importante perceber como o campo em seu lastro interpretativo traduz, a partir das suas próprias produções científicas, as políticas educacionais em Educação Especial em um movimento de consolidação da perspectiva inclusiva (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016).

As análises sobre os estudos selecionados revelam que Claudio Roberto Baptista, Denise de Oliveira Alves e Maria Teresa Eglér Mantoan fizeram parte do grupo de trabalho da produção do texto da PNEEPEI (BRASIL, 2008b), sendo importantes atores políticos e *experts* nos contextos de influência e de produção de textos das políticas educacionais da Educação Especial.

É revelador nos estudos a presença da expert Enicéia Gonçalves Mendes e a importância das produções científicas decorrentes do Observatório Nacional de Educação Especial, coordenado pela autora, que representa um esforço nacional e incorpora

pesquisadores provenientes de 16 estados e de 18 Programas de Pós-Graduação, para a consolidação dos estudos no campo da Educação Especial.

Quanto às fontes documentais mais utilizadas identificadas, notamos a predominância dos documentos nacionais oficiais (leis, decretos, resoluções) apresentados na Figura 3.

Figura 3 - Principais documentos citados ao referenciar o AEE



Fonte: Elaborada pelas autoras (2022).

Evidenciamos, ainda, que os documentos internacionais que influenciaram na construção dos documentos nacionais e regionais que são usados nos textos são: a Declaração de Salamanca e a linha de ação sobre necessidades educativas especiais, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (1994); a Convenção Internacional do Direito das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas – ONU (2006); e a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas, de Jomtien (UNESCO, 1990). Em relação a esses documentos, verificamos a sua pouca incidência nos estudos analisados, tendo em vista que estes já estão referenciados nos documentos nacionais.

Ainda no cenário das políticas, entendemos que a condução das políticas nacionais na perspectiva da Educação Inclusiva, por meio dos documentos oficiais utilizados nos contextos locais (redes municipais, estaduais e nacional), sofre influência pela convergência das políticas internacionais. Destacamos, na análise das produções científicas, que estas refletem uma tentativa de radiografia da política, debruçando-se sobre ela, tentando promover consensos (BALL, 2020; PEREIRA; LUNARDI-MENDES; PACHECO, 2018).

A análise permite-nos compreender que os *experts* (autores e documentos oficiais) presentes na produção científica da RBEE são tradutores da política, que, ao tentarem fazer a tradução, produzem consensos do que é o AEE, das práticas pedagógicas, das metodologias e dos melhores caminhos para desenvolver o serviço em colaboração ao ensino comum, em busca de efetivar o acesso e a permanência de todos os estudantes com base no direito à educação.

Nesse contexto, chamamos atenção para as argumentações de Pletsch e Souza (2021), em relação ao atual momento histórico, sobre a negação no que se refere aos avanços legais, pedagógicos e de produção científica do campo da Educação Especial presentes no Decreto Nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 (BRASIL, 2020), que instituiu a Política de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. Promulgado no Governo Bolsonaro, tal documento denota interesses na arena política, de retomada e de defesa do acesso a instituições segregadas, filantrópicas e privadas e ao modelo médico de compreensão da deficiência. Concordamos com Pletsch e Souza (2021) no sentido de que o referido Decreto gera um processo de interpretação e de tradução do texto que equivocadamente desvincula e retrocede toda a perspectiva de Educação Inclusiva da PNEEPEI (BRASIL, 2008b) e os avanços pelo campo da Educação Especial, trazendo novamente o “receio” da retomada da perspectiva médico-patológica e do espaço segregado. Desse modo, a produção científica ocupa papel fundamental na construção do conhecimento, apontando os principais avanços e desafios no campo da Educação Especial.

Considerações finais

Com base neste estudo, observamos que os artigos selecionados na RBEE trouxeram importantes discussões vinculadas ao AEE, as quais refletem sobre a relevância desse serviço para o processo de escolarização dos estudantes da Educação Especial.

No processo de investigação dos artigos, identificamos duas formas de compreender

o AEE focado no atendimento e na perspectiva de ensino colaborativo. Coadunamos com as reflexões contrárias ao entendimento do AEE como tamanho único ou padrão, com demanda de atendimento expressivo de estudantes que frequentam o serviço, o que gera a sobrecarga de trabalho ao professor, influencia fortemente na falta de articulação e interlocução com a sala comum. Evidenciamos os estudos que dialogam sobre a relevância da mediação pedagógica com práticas de ensino que qualifiquem o processo de escolarização dos estudantes, seja na turma em que está regularmente matriculado, seja no AEE, guiando-os pelos princípios de respeito à diversidade e à equidade.

Concluimos que as produções científicas ajudam a construir consensos, evidenciando os *experts* que representam narrativas construídas do campo, assim como suas concepções de AEE. O primeiro aponta a crítica no sentido de perceber os limites da tradução das políticas do AEE em seus contextos, e a segunda diz respeito às possibilidades de trabalho articulado quando as pesquisas reiteram o ensino colaborativo, dialogando com a produção progressiva da Educação Especial que retira o espaço segregado e aponta para o processo inclusivo.

Por fim, destacamos que, na medida em que as pesquisas direcionam como o AEE deve se constituir, estas orientam os próprios atores políticos sobre o seu papel fundamental de pesquisadores/*experts*/intelectuais, podendo ser considerados “autoridades” na produção dos discursos, no campo científico e político (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016) da Educação Especial. Desse modo, ao conectarem-se a outros *experts*, esses atores fortalecem suas formações discursivas, seus pensamentos e suas vozes que, por vezes, destoam (por disputas ou tensões próprias do campo); no entanto, unem-se na consolidação e na efetivação da defesa do direito à educação de todos os estudantes na escola comum. No cenário educacional atual, é fundamental que o debate e a atuação constituam a escola como um espaço que promova a inclusão escolar de todos os estudantes e não caiba retrocessos, atitudes e discursos discriminatórios para a justificação de segregação dos estudantes.

Referências

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de recursos multifuncionais:** espaços para atendimento educacional especializado. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

O Atendimento Educacional Especializado nas produções científicas da Revista Brasileira de Educação Especial: interpretações e traduções de uma política

BALL, Stephen J. **Educação Global S. A.:** novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução Janete Bridon. 23. ed. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2020.

BALL, Stephen J. **Education Reform.** A critical and post-structural approach. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem política:** atuação em escolas secundárias. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2016.

BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, p. 59-76, mai./ago. 2011.

BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial para além do AEE. In: JESUS, Denise Meyrelles; BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Katia Regina Moreno. (org.). **Prática pedagógica na educação especial:** multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara: Junqueira & Marin, 2013. p. 43- 62.

BAPTISTA, Claudio Roberto; VIEGAS, Luciane Torezan. Reconfiguração da Educação Especial: análise da constituição de um Centro de Atendimento Educacional Especializado. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 3, p. 429-442, set. 2016.

BORGES, Wanessa Ferreira; TARTUCI, Dulcéria. Tecnologia Assistiva: concepções de Professores e as problematizações geradas pela imprecisão conceitual. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 23, n. 1, p. 81-96, mar. 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 181, p. 26, 18 set. 2008a.

BRASIL. Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 221, p. 12, 18 nov. 2011.

BRASIL. Decreto Nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 189, p. 6, 1 out. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos

Jurídicos, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 out. 2022.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 1994.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2008b.

BRASIL. Resolução Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 177, p. 39-40, 14 set. 2001.

BRASIL. Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 190, p. 17, 5 out. 2009.

CALHEIROS, David dos Santos; FUMES Neiza de Lourdes Frederico. A Educação Especial em Maceió/Alagoas e a implementação da Política do Atendimento Educacional Especializado. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 2, p. 249-264, abr./jun. 2014.

CHRISTO, Sandy Varela de. **Coensino/ensino colaborativo/bidocência na educação inclusiva: concepções, potencialidades e entraves no contexto da prática**. 2019. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

FACHINETTI, Tamiris Aparecida; GONCALVES, Adriana Garcia; LOURENÇO, Geresa Ferreira. Processo de construção de Recurso de Tecnologia Assistiva para aluno com paralisia cerebral em Sala de Recursos Multifuncionais. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 23, n. 4, p. 547-562, dez. 2017.

FANTACINI, Renata Andrea Fernandes; DIAS, Tércia Regina da Silveira. Professores do Atendimento Educacional Especializado e a organização do ensino para o aluno com deficiência intelectual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 21, n. 1, p. 57-74, jan./mar. 2015.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luísa de Marillac P.; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Atendimento educacional especializado: aspectos legais e orientação pedagógica**. 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004881.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

GALVÃO, Nelma de Cássia Silva Sandes; MIRANDA Theresinha Guimarães. Atendimento Educacional Especializado para alunos com surdocegueira: um estudo de caso no espaço da

O Atendimento Educacional Especializado nas produções científicas da Revista Brasileira de Educação Especial: interpretações e traduções de uma política

escola regular. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 19, n. 1, p. 43-60, jan./mar. 2013.

GLAT, Rosana. Desconstruindo representações sociais: por uma cultura de colaboração para inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24, ed. esp., p. 9-20, 2018.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação especial o contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, Rosana. (org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 15-35.

LOPES, Esther; MARQUEZINE, Maria Cristina. Sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na percepção dos professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 18, n. 3, p. 487-506, jul./set. 2012.

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico epistemológicas e o lugar do pluralismo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, e230034, p. 1-20, 2018.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Colaboração entre ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar. In: MANZINI, Eduardo José. (org.). **Inclusão e acessibilidade**. Marília: ABPEE, 2006. p. 29-41.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão Escolar com colaboração: unindo conhecimentos, perspectivas e habilidades profissionais. In: MARTINS, Lucia de Araújo Ramos; PIRES, José; PIRES, Gláucia Nascimento da Luz. (org.). **Políticas e Práticas Educacionais Inclusivas**. Natal: EDUFRN, 2009. p. 19-51.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Observatório Nacional de Educação Especial. **Estudo em Rede Nacional sobre as salas de recursos multifuncionais nas escolas comuns**. (Projeto de Pesquisa). São Carlos: Editora da UFSCar, 2010.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação regular e especial**. São Carlos: Editora da UFSCar, 2014.

MILANESI, Josiane Beltrame. **Organização e funcionamento das salas de recursos multifuncionais em um município paulista**. 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; BRANDÃO Silvia Helena Altoé. O Atendimento em Salas de Recursos para alunos com Altas Habilidades/Superdotação: O caso do Paraná. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 15, n. 3, p. 485-498, set./dez. 2009.

NEVES, Libéria Rodrigues. Contribuições da arte ao Atendimento Educacional Especializado e à inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 23, n. 4, p. 489-504, dez. 2017.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; PRIETO, Rosângela Gavioli. Formação de professores das Salas de Recursos Multifuncionais e atuação com a diversidade do público-alvo da Educação Especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 26, n. 2, p. 343-360, abr./jun. 2020.

OLIVEIRA, Cassia Carolina Braz de; MANZINI, Eduardo José. Encaminhamento e perfil do público-alvo da Educação Especial de uma Sala de Recursos Multifuncionais: estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 4, p. 559-576, dez. 2016.

OLIVEIRA, Everton Luiz de; MENDES, Enicéia Gonçalves. Percepções sobre pessoas com deficiências e o prognóstico para o atendimento educacional especializado. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 1, p. 21-36, jan./mar. 2014.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova Iorque: ONU, 2006.

PALMA, Debora Teresa; CARNEIRO, Relma Urel Carbone. O olhar social da deficiência intelectual em escolas do campo a partir dos conceitos de identidade e de diferença. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24, n. 2, p. 161-172, abr./jun. 2018.

PEREIRA, Cléia Demétrio; LUNARDI-MENDES, Geovana Mendonça; PACHECO, José Augusto de Brito. Políticas de inclusão escolar no Brasil e em Portugal: desafios para a justiça curricular. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 55, p. 36-53, out./dez. 2018.

PLETSCH, Márcia Denise; SOUZA, Flávia Faissal de. Educação comum ou especial? Análise das diretrizes políticas de educação especial brasileiras. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação – RIAEE**, Araraquara, v. 16, n. 2 (esp.), p. 1286-1306, mai. 2021.

QUEIROZ, Julia Graziela Bernardino de Araújo; GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. Política Educacional e Pedagógica da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Rede de Ensino Público de Manaus. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 25, n. 2, p. 233-248, jun. 2019.

RAMOS, Daniela Karine; GARCIA, Fernanda Albertina. Jogos digitais e aprimoramento do controle inibitório: um estudo com crianças do Atendimento Educacional Especializado. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 25, n. 1, p. 37-54, mar. 2019.

RODRIGUES, David. Dez ideias (mal) feitas sobre educação inclusiva. In: RODRIGUES, David. (org.). **Inclusão escolar**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. p. 1-16.

SANTOS, João Otacílio Libardoni dos et al. Atendimento Educacional Especializado: reflexões sobre a demanda de alunos matriculados e a oferta de Salas de Recursos

Multifuncionais na Rede Municipal de Manaus-AM. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 23, n. 3, p. 409-422, set. 2017.

SIMÃO, Valdirene Stiegler; TRENTIN, Valéria Becher; HOSTINS, Regina Célia Linhares. O Atendimento Educacional Especializado e a deficiência intelectual nas pesquisas de Pós-Graduação. In: PLETSCH, Márcia Denise; LUNARDI-MENDES, Geovana Mendonça; HOSTINS, Regina Célia Linhares. (org.). **A escolarização de alunos com deficiência intelectual: políticas, práticas e processos cognitivos**. São Carlos: Marquezine & Manzini, ABPEE, 2015. p. 217-2408.

THOMA, Adriana da Silva; KRAEMER, Graciele Marjana. **A educação para pessoas com deficiência no Brasil: políticas e práticas de governamento**. Curitiba: Appris, 2017.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien: Unesco, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**. 1994. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.

VIEIRA, Alexandro Braga. **Currículo e Educação Especial: as ações da escola a partir dos diálogos cotidianos**. 2012. 326 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

ZHAO, Shanyang. Metatheory, metamethod, meta-data-analysis: what, why, and how? **Sociological perspectives**, [s. l.], v. 34, n. 3, p. 377-390, 1991.

Sobre as autoras

Francislanny Pereira de Jesus

Doutoranda em Educação. Pedagoga na Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) São José, Santa Catarina. Pesquisadora do Observatório de Práticas Escolares (OPE) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: francislannypereria@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4977-275X>

Tanara Terezinha Fogaça Zatti

Doutoranda em Educação. Professora da FCEE em atuação no Centro de Atendimento Educacional Especializado de Ponte Serrada. Pesquisadora do OPE/UDESC. E-mail: tanarazatti@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4382-7203>

Yasmin Ramos Pires

Doutoranda em Educação. Pedagoga na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Pesquisadora do OPE/UDESC. E-mail: yasminpires@hotmail.com. Orcid:
<http://orcid.org/0000-0002-4781-1076>

Geovana Mendonça Lunardi Mendes

Doutora e Mestre em Educação. Professora e coordenadora do OPE/UDESC. Presidente da
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e bolsista
produtividade em pesquisa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico (CNPq). E-mail: geovana.mendes@udesc.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8848-7436>

Recebido em: 28/10/2023

Aceito para publicação em: 11/11/2022